Portugal e a Cultura da Cunha: A Lei Para Uns, Privilegios Para Outros

Publicado em 2025-03-01 22:59:11



Ainda o escândalo das gémeas luso-brasileiras, que receberam um tratamento milionário no Serviço Nacional de Saúde (SNS), expôs uma realidade que muitos portugueses já conhecem bem: em Portugal, o acesso a recursos públicos nem sempre se baseia em critérios justos ou transparentes, mas sim em influências, cunhas e ligações pessoais.

A célebre frase atribuída a Salazar – "Para os amigos, tudo; para os outros, aplique-se a lei" – continua a ser assustadoramente atual. Num país onde a burocracia trava o cidadão comum, aqueles que têm os contatos certos parecem sempre encontrar atalhos para os seus problemas.

O Caso das Gémeas: Um Reflexo do Sistema

O caso que agora está a ser analisado no Parlamento levanta questões fundamentais sobre o funcionamento do Estado:

- Porque é que este tratamento foi autorizado rapidamente, quando há tantos outros portugueses que esperam anos para obter cuidados de saúde essenciais?
- O envolvimento do Presidente da República e do seu filho influenciou o processo?
- Como é que um tratamento de milhões de euros foi aprovado sem transparência total?

Independentemente de ter havido ou não ilegalidade, a perceção pública é clara: quem tem as conexões certas consegue privilégios que os outros não têm.

A Cultura da Cunha: O Mal Crónico de Portugal

Este caso não é uma exceção – é apenas um sintoma de um problema mais profundo. Desde a administração pública até às universidades e hospitais, a cultura da cunha continua a ser uma praga que mina a confiança dos cidadãos nas instituições.

1. Saúde: Quem Tem Poder, Passa à Frente

 Doentes que esperam meses ou anos por cirurgias enquanto figuras influentes conseguem marcações rápidas. Casos em que familiares de políticos recebem tratamentos prioritários, enquanto outros enfrentam obstáculos burocráticos.

2. Emprego Público: Meritocracia ou Favoritismo?

- Nomeações para cargos no setor público feitas com base em amizades políticas e não em competência.
- Empresas privadas que sobrevivem graças a contratos do Estado negociados entre "conhecidos".

3. Justiça: Dois Pesos, Duas Medidas

- Políticos e empresários poderosos veem os seus processos judiciais arrastarem-se durante anos até serem arquivados.
- Cidadãos comuns enfrentam penas severas por crimes menores.

O Efeito da Impunidade

A falta de consequências para estes abusos leva à normalização da corrupção e do favoritismo. O resultado? Uma sociedade onde os cidadãos sentem que não vale a pena lutar contra o sistema, pois "é tudo igual".

E enquanto esta mentalidade persistir, Portugal continuará a ser um país onde a regra é a seguinte:

- Se és um cidadão comum, tens de esperar, cumprir todos os requisitos e sujeitar-te à burocracia.
- Se tens os contatos certos, há sempre uma porta lateral para resolver o problema.

Conclusão: Ou Mudamos ou Ficamos Sempre na Mesma

Se Portugal quer ser um país mais justo, precisa de reformas profundas para acabar com este sistema de privilégios escondidos. Isso significa:

- Regras mais claras e transparentes para o acesso a serviços públicos.
- Fiscalização real sobre quem toma decisões e por que motivo.
- Punição exemplar para quem usa o poder para beneficiar amigos e familiares.

Enquanto isso não acontecer, continuaremos a viver num país onde a lei serve apenas para quem não tem os contatos certos.

Francisco Gonçalves

Leia também:

Portugal 2026: Um Orçamento de Estado Disruptivo e Inovador criado pela IA.

Créditos para IA e chatGPT (c)